



REDAÇÃO JURÍDICA PARTE 01

Outro assunto importante para a prova prático-profissional do Exame de Ordem é a **redação jurídica**.

Primeiro aspecto é escrever de acordo com a norma culta! O edital não prevê que a Fundação Getúlio Vargas subtrairá pontos do examinando que incorrer em erros gramaticais ou ortográficos.



Se eu não preciso me preocupar com “Português”, qual a pertinência deste artigo?

A escrita dever ser analisada em termos gerais e em termos técnicos.

Se você não conseguir se fazer entender não será avaliado corretamente. Um texto com erros gramaticais e de ortografia é prejudicado pela dificuldade de compreensão e, até mesmo, pela má impressão que passará ao Examinador.

Não bastasse, a redação na prova da OAB é técnica. O examinando deve escrever “como um advogado”. Vale dizer, deve dominar os termos técnicos da linguagem jurídica. Um texto que pecar pela falta de técnica jurídica poderá prejudicar não só a compreensão, mas também a avaliação de conteúdo.

Nesse contexto, justifica-se plenamente a necessidade de dar atenção à escrita. Como esse é um tema muitas vezes deixado de lado na caminhada rumo à OAB, a equipe do Estratégia OAB traz dois artigos completo.

Neste artigo trataremos algumas regras de caráter estrutural, tal como orientações de escrita manuscrita, técnica de escrita, vícios de linguagem, coesão e coerência e referência a textos normativos.

Em um segundo momento será disponibilizado outro artigo com vistas a tratar da linguagem jurídica. Veremos alguns termos e expressões técnicos e como devemos usá-los em nosso Exame de Ordem.

É importante registrar que todo o material foi elaborado em coautoria com o Prof. Décio Terror, reconhecido professor de Língua Portuguesa, exímio conhecedor da nossa Língua.

COMO REDIGIR UM TEXTO JURÍDICO

ORIENTAÇÕES DE REDAÇÃO MANUSCRITA DE TEXTOS

Tipo da letra e limites textuais

Escreva de forma **legível!**

O edital do XIX Exame de Ordem não especifica se é obrigatório o uso de letra cursiva. Dessa forma, **você poderá usar qualquer tipo de letra, seja cursiva, de forma ou uma mistura dos dois tipos**. Caso opte pela pelo uso da letra de forma, lembre-se de destacar com cuidado maiúsculas de minúsculas. Para tanto, basta inserir a primeira letra maior que as demais da palavra inicial da frase ou quando se referir a um substantivo próprio. Resumindo, o que é importante é que o texto seja legível e que cada letra seja inequívoca.

Quanto aos limites do texto, devemos ter em mente a folha de respostas. Tudo o que estiver para além da margem será sumariamente desconsiderado. Não é permitido ultrapassar os limites textuais.



O que significa isso?

Você **não pode escrever nas margens do texto, tampouco além do limite de linhas**.

Se a **quantidade de linhas for insuficiente para o seu rascunho ADAPTE** seu texto, **corte palavras desnecessárias** e que **não acrescentem conteúdo ao texto** ou **aperte a letra!**

Qualquer trecho escrito fora das linhas demarcadas pela banca será desconsiderado, o que poderá prejudicar muito sua redação.

RESPEITE OS LIMITES TEXTUAIS SOB PENA DE PERDER PONTOS IMPORTANTES NA SUA PROVA.

Correção de erros

Muitas vezes, ao redigir podemos cometer erros no momento de passar o texto para a folha de respostas. Se isso ocorrer, não entre em pânico! Nesse caso, basta fazer um traço em cima da palavra, pontuação ou expressão equivocada. O examinador considerará como não escrita. A seguir escreva a palavra correta e siga seu texto.

Exemplo:

O Direito Constitucional é ~~disciplina~~ disciplina orientada pela democracia.

De qualquer forma, no momento de passar a redação definitiva para a folha de resposta, escreva devagar, pensando em cada palavra. Dispense o máximo de atenção para esse momento. É certamente a parte mais importante da sua prova. De nada adianta usar praticamente o tempo todo para a elaboração de um excelente rascunho, porém, incorrer em diversos erros na hora da transcrição. **Um rascunho perfeito, mas mal passado a limpo poderá significar a anulação da redação. Poderá significar, portanto, jogar fora todo o esforço despendido.**

Paragrafação

Lembre-se de destacar as margens do parágrafo.

É comum iniciarmos o parágrafo a dois centímetros da margem, mas não é um imperativo, sugerimos que deixe um espaço tal que seja inequívoco que se refere ao início de um novo parágrafo.

Por exemplo:

O princípio da igualdade revela-se nos direitos de nacionalidade ao assegurar equidade entre brasileiros natos e naturalizados.

Cuide para não deixar pouco ou muito espaço de paragrafação. Veja:

~~O princípio~~ da igualdade revela-se nos direitos de nacionalidade ao assegurar equidade entre brasileiros natos e naturalizados.

—————O princípio da igualdade revela-se nos direitos de nacionalidade ao assegurar equidade entre brasileiros natos e naturalizados.



Além disso, é **obrigatório** que **todos os parágrafos estejam no mesmo alinhamento**. Ou seja, se você deixou dois centímetros no início do primeiro parágrafo, não deixe um centímetro no início do segundo parágrafo.

Por exemplo:

O princípio da igualdade revela-se nos direitos de nacionalidade ao assegurar equidade entre brasileiros natos e naturalizados. (...)

—A Constituição Federal mitiga o princípio citado ao prever tratamento diferenciado entre brasileiros em situações excepcionais (...).

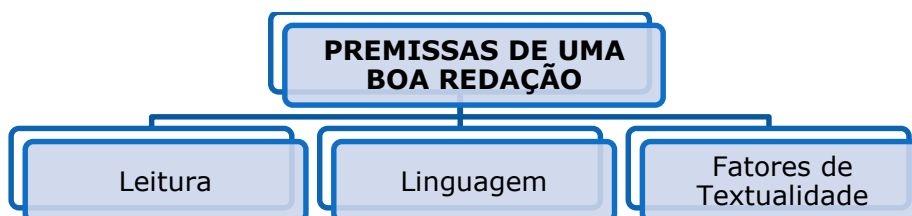
Um exemplo é a possibilidade de extradição do naturalizado em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou por envolvimento em tráfico de entorpecentes. (...)

Ademais, devemos utilizar os parágrafos de forma justificada, de forma que as palavras encostem na margem esquerda e direita. Assim, caso a palavra não caiba na linha, será necessário dividir a palavra com o uso de um hífen ou ao sublinhar a última sílaba escrita na linha.

TÉCNICAS DE REDAÇÃO DE TEXTOS

Todos sabemos que a leitura é um hábito fundamental para uma boa escrita. A leitura agrega vocabulário, facilita a organização mental das ideias, nos dá clareza. A leitura, juntamente com o domínio da linguagem e dos fatores de textualidade, permitirá ajustarmos os textos discursivos para aquilo que é exigido e que se espera de uma prova discursiva.

Assim:



Em relação aos fatores de textualidade, dois deles merecem destaque em nosso estudo: pleonasma e coerência textual

Pleonasma

O pleonasma constitui vício de linguagem pela repetição de ideia ou palavra. Afirma-se que o pleonasma pode ser classificado em: vocabular, ideológico, argumentativo. Vamos ver rapidamente cada um deles.

O **pleonasma vocabular** envolve a repetição de palavras. Vejamos um exemplo:

*Os **direitos** políticos, previstos na Constituição Federal, são **direitos** fundamentais que visam efetivar os **direitos** de participação.*

Essa mesma frase ficará muito mais clara caso a escrevamos sem pleonasmos vocabulares, do seguinte modo:

Entre os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal estão os políticos, que visam efetivar a participação dos cidadãos na condução da sociedade.

Veja que o texto fica mais fluente e compreensivo, além de ser possível agregar mais assuntos no mesmo espaço.

O **pleonismo ideológico** é aquele no qual, embora não haja repetição expressa da palavra, há a repetição da ideia.

*O Brasil há 20 anos **atrás** alcançava a democracia participativa.*

Em relação ao exemplo acima o termo "atrás" é pleonástico, uma vez que, se o fato ocorreu "há 10 anos", obviamente ocorreu no passado ("atrás").

*A criação de **novos** partidos políticos é fundamental para a difusão do pluralismo político.*

Do mesmo modo, o termo "criação" remete à ideia de "novos".

Tais práticas devem ser evitadas em nossa prova!

O **pleonismo argumentativo** é um vício de construção no qual o redator desenvolve o texto para uma conclusão previsível. Dito de outra forma o pleonismo ideológico constitui um argumento fraco, destituído de poder de convencimento ou uma argumentação que não foi bem distribuída.

Um exemplo facilitará a compreensão:

O voto é o instrumento mais importante de participação da comunidade na vida política do Estado.

A frase acima trata do exercício dos direitos políticos, cujo instrumento mais relevante é o voto. Para a sequência, poderíamos continuar o parágrafo do seguinte modo.

Paralelamente, a Constituição Federal prevê meios diretos de participação popular, entre os quais se destacam o plebiscito e o referendo.

Note que o texto delimitou o assunto: formas de exercício dos direitos políticos. Se nós voltarmos a falar do voto, do plebiscito, do referendo como mecanismos de democracia, estaremos incorrendo em vício de linguagem. É necessário que nosso texto seja progressivo. A cada frase devemos ter uma pretensão certa e delimitada do que pretendemos passar ao examinador. Assim:

↳ **NÃO PODEMOS:**

Desse modo, o voto, o plebiscito e o referendo são os principais meios de realização do processo democrático brasileiro.

↳ **PODEMOS:**

O voto caracteriza-se por ser direito, ou seja, somente poderá ser exercido pelo próprio titular; secreto, vale dizer, não pode ser divulgado publicamente; universal, de modo que é assegurado a todos, desde que preenchidas as condições de elegibilidade; e periódico, já que é exercício a cada interstício de 4 ou 8 anos.

Assim, ao redigir, devemos apresentar uma tese ou uma informação. Em seguida, passamos às justificativas. Por fim, a fim de conferir substrato teórico e idoneidade à informação e justificativas, desenvolvemos os argumentos.

Vejam os um exemplo:

Tese

↳ O Direito do Trabalho contém regras que prestigiam a posição jurídica do empregado.

Justificativa

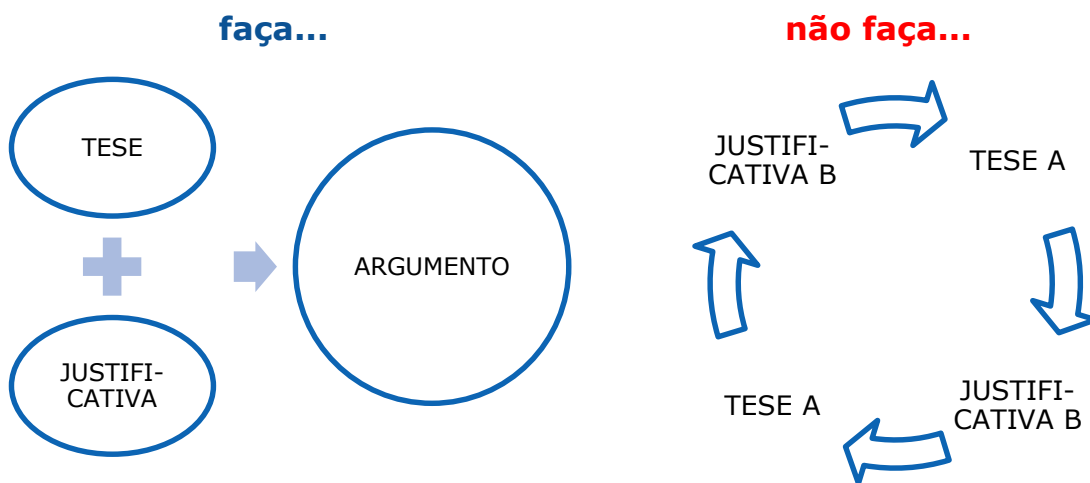
↳ Em face disso, estatui-se o princípio da proteção.

Argumentos

↳ Tal estruturação deve-se ao fato de que o empregado é a parte mais fraca na relação contratual de trabalho, uma vez que se encontra subordinado ao empregador, detentor dos meios de produção.

↳ Ademais, a contraprestação salarial recebida em troca da oferta da mão de obra possui natureza alimentar, de modo que dificilmente o empregado pode abrir mão de tal meio de sustento.

Portanto,



Coerência textual

O texto deve ser sempre claro, conciso e objetivo. A coerência é um aspecto de grande importância para a eficiência em prova, pois não deve haver pormenores excessivos ou explicações desnecessárias. Todas as ideias apresentadas devem ser relevantes para o tema proposto e relacionadas diretamente a ele.

A originalidade demonstra sua segurança e faz um diferencial em meio aos demais textos. Só não se pode, em aspecto nenhum, abandonar o tema proposto. Fugir do tema proposto é tão ou mais grave que faltar com a coerência.

Toda resposta deve ter início, meio e fim, que são designados por introdução, desenvolvimento e conclusão, respectivamente. As ideias distribuem-se de forma lógica, sem haver fragmentação da mesma ideia em vários parágrafos.

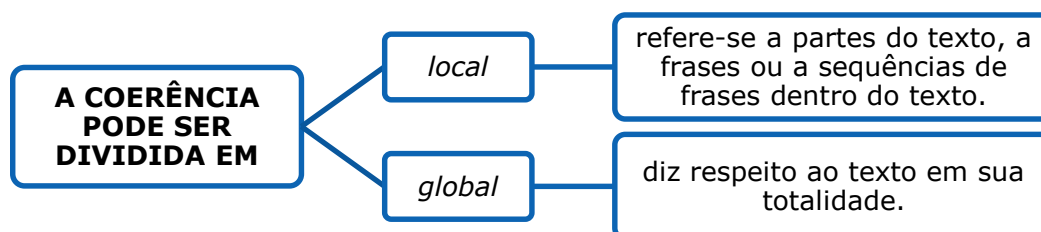
Para que haja coerência entre os períodos e parágrafos, deve-se utilizar “elementos de coesão”. Esses elementos constituem palavras e expressões que facilitam a ligação entre as ideias do texto.

Embora não seja obrigatório o uso desses elementos para a produção de um texto de qualidade, eles têm o potencial de ligar os assuntos entre períodos dentro de uma mesma frase ou, até mesmo, entre parágrafos, e conduzir o pensamento do leitor ao convencimento e à conclusão a que se quer chegar.

A coerência pode ser compreendida, portanto, como “fazer sentido”. Um texto será coerente se fizer sentido em sua integralidade, bem como se cada frase e parágrafos fizerem sentido dentro do texto.

Tecnicamente, coerência envolve a análise de relevância e acessibilidade. Será coerente o texto se as informações trazidas forem relevantes e acessíveis para a compreensão da mensagem.

Desse modo, um texto coerente faz sentido. Como afirmamos, a coerência deve ser verificada dentro da frase, entre os parágrafos e no texto em sua integralidade.



A coerência é a qualidade pela qual o leitor reconhece o texto e as ideias transmitidas como formados.

Além da divisão acima, a coerência pode ser classificada do seguinte modo.

COERÊNCIA SEMÂNTICA	Trata da relação entre significados dos elementos das frases em sequência num texto ou entre os elementos do texto como um todo.
COERÊNCIA SINTÁTICA	Envolve a utilização dos meios sintáticos por intermédio da utilização de conectivos e pronomes.
COERÊNCIA ESTILÍSTICA	Refere-se à utilização de recursos linguísticos no texto.
COERÊNCIA PROGRAMÁTICA	Envolve a sequência dos atos e das falas dentro do texto.

Para finalizar, vejamos alguns elementos de coesão e suas respectivas relações. Esses elementos são essenciais para a retomada de assuntos dentro do texto e, por isso, excelentes ferramentas de coerência:

- ⇒ **assim, desse modo** - têm valor exemplificativo e complementar. A sequência introduzida por eles serve normalmente para explicitar, confirmar e complementar o que se disse anteriormente.
- ⇒ **ainda** - serve, entre outras coisas, para introduzir mais um argumento a favor de determinada conclusão; ou para incluir um elemento a mais dentro de um conjunto de ideias qualquer.
- ⇒ **aliás, além do mais, além de tudo, além disso** - introduzem um argumento decisivo, apresentado como acréscimo. Pode ser usado para dar um "golpe final" num argumento contrário.
- ⇒ **mas, porém, todavia, contudo, entretanto... (conj. adversativas)** - marcam oposição entre dois enunciados, além de iniciarem o argumento mais forte em contraste com a ideia anterior.
- ⇒ **embora, ainda que, mesmo que** - servem para admitir um dado contrário para depois negar seu valor de argumento, diminuir sua importância. Trata-se de um recurso dissertativo muito bom, pois, sem negar as possíveis objeções, afirma-se um ponto de vista contrário.
- ⇒ **este, esse e aquele** - são chamados termos anafóricos e podem fazer referência a termos anteriormente expressos, inclusive para estabelecer semelhanças e/ou diferenças entre eles.

Trouxemos nessa parte inicial algumas noções gerais de técnicas de redação para auxiliar na sua preparação. Na sequência, passaremos para a orientação quanto à redação de textos técnicos. Vamos lá?

LINGUAGEM TÉCNICA

No desempenho de suas funções, você, futuro advogado, terá diariamente o contato com a escrita. Essa escrita, por ser técnica, voltada para os operadores do Direito, deverá observar alguns critérios e formalidades. Felizmente, ao contrário do que observávamos há algumas décadas, há um

esforço de simplificação, com o intuito de tornar a linguagem clara e direta, sem os rebuscamentos e formalismos de outrora.

Além da formação técnica, que é pressuposto, devemos, portanto, nos aperfeiçoar para redigir bem. O ato de escrever bem exige a organização das ideias, de técnicas e métodos que desenvolveremos ao longo do curso.

A linguagem jurídica é peculiar. Existem palavras que, embora sejam usadas por todos num sentido comum, no universo do direito possuem um sentido específico. Isso demonstra que a linguagem jurídica é técnica e da qual não podemos nos afastar sob pena de transmitir informações incompletas ou imprecisas.

Por exemplo:

Verifica-se espécie de mandado tácito que, embora admitido do Direito Processual do Trabalho, não permite o substabelecimento, em razão da impossibilidade de se provar a outorga.

Difícilmente uma pessoa sem formação técnico-jurídica conseguiria interpretar a frase acima integralmente. É muito provável que compreenda a informação parcial ou de maneira incompleta.

A utilização de termos técnicos, próprios da linguagem jurídica, não representa, entretanto, uma redação rebuscada, com termos difíceis, arcaicos e pouco acessíveis. A linguagem jurídica, assim como as demais espécies de linguagem, destina-se à transmissão de informações. **De que adianta escrever de forma rebuscada se o destinatário não for atingido?** Isso repercute em provas da OAB! Muitos candidatos, com o anseio de demonstrar que possuem conhecimento, abusam na utilização de termos e expressões difíceis. Acreditam, com isso, que causarão "boa impressão" no examinador, o que poderá render uma pontuação mais favorável. **Engana-se quem pensa assim!**

A escrita rebuscada pode tornar o texto prolixo, enfadonho, demasiadamente longo. Caso isso ocorra, o efeito será o inverso do pretendido. Pior ainda quando o candidato "inventa" ou "arrisca" determinada palavra ou expressão. Se a palavra não representar o que se pretende transmitir, haverá, além de tudo, desconto na avaliação por erro de conteúdo.

A redação deverá ser orientada pelos pilares abaixo.

clareza

concisão

formalidade
e correção
gramatical

impessoalidade

objetividade

simplicidade

Clareza

A apresentação da resposta deve ser clara, de modo que não permita interpretações equivocadas ou que dificultem o entendimento. O examinador, diante do contingente de textos para corrigir, fará seu trabalho de forma rápida e objetiva.

Desse modo, num primeiro momento devemos primar:

- ↪ pelo uso de termos acessíveis
- ↪ pela redação de orações na ordem direta

sujeito + verbo + predicado

- ↪ pela escrita de frases curtas, evitando o excesso de adjetivos
- ↪ pela redação simples e objetiva, sem rebuscamentos e ambiguidades

São orientações simples, mas que farão muita diferença no resultado final do texto.

Vejamos um exemplo, relativo a um Curso que ministramos, cujo tema envolvia o combate à violência. É um tema aberto, mas exemplifica bem a clareza. O aluno redigiu:

Para que o combate ao crime venha ser alcançado, faz-se necessário a elaboração de estratégias que visem à educação da sociedade, onde devem ser incluídas também as crianças no que tange a proibição de armas de brinquedo, pois pode influenciar no desenvolvimento da mesma.

O excerto acima é estruturado em uma única frase, com expressões que, além de incorretas, tornam o texto ambíguo e de difícil compreensão. Com a estruturação das mesmas informações, em frases curtas, com redação direta, é possível tornar mais claro o texto:

A elaboração de estratégias que visem à educação da sociedade é necessária para combater o crime. Entre as estratégias a serem utilizadas, está a proibição de venda de armas de brinquedos às crianças. Essa medida evita a influência e a cultura da violência no desenvolvimento dos menores.

Esse é o objetivo quando se fala em clareza. Sigamos!

Concisão

A concisão reporta-se à extensão do texto. Em uma resposta, redigir o máximo de informações no menor espaço é positivo, pois permite tornar o texto substancial, com mais conteúdo.

A concisão, entretanto, exige treinamento, pois temos que tomar cuidado para não eliminar informações essenciais. Assim, a concisão deve excluir certos vícios e hábitos de escrita, como a formação de locuções verbais desnecessárias, exemplificações em demasia etc.

Vejam os exemplos singelos.

Formulamos o presente exercício mental para defender que a OJ nº 199 da SBDI-1 do TST não atende a todas as necessidades da realidade fática.

De forma concisa, diz-se a mesma coisa:

Defende-se, portanto, que a OJ nº 199 da SBDI-1 do TST não atente todas as situações fáticas.

Ao usar o termo “portanto”, fazemos a conexão com os argumentos formulados anteriormente que justificam o posicionamento crítico em relação à Orientação Jurisprudencial, que é incapaz de colmatar todas as situações vividas pela sociedade. Do mesmo modo, podemos substituir a expressão “todas as necessidades da realidade fática” por “situações fáticas”, sem qualquer prejuízo de compreensão. A diferença do segundo para o primeiro trecho é a concisão.

Formalidade e correção gramatical

Um texto técnico deve ser formal. Além disso, a formalidade exige a correção gramatical. Logo, em textos jurídicos, formalidade e correção gramatical andam juntas.

Aqui não temos técnicas ou “dicas”, quanto maior o conhecimento do redator de língua portuguesa melhor será a capacidade de escrita. Logo, estude bastante a disciplina de Português, ela não será alvo da prova discursiva, mas influenciará bastante na compreensão das demais questões, bem como na produção da resposta à questão aberta.

De todo modo, é importante fixar que formalidade não é sinônimo de rebuscamento. Mas também evite coloquialidades, gírias e regionalismos ao escrever, pois nosso texto deve ser formal.

Impessoalidade

A impessoalidade é um atributo dos textos jurídicos de um modo geral. A impessoalidade confere elegância e estilo ao texto e aproxima da formalidade desejada.

Vejam os outros exemplos:

Sendo a violência um flagelo que assola a sociedade e esta sofre e sangra com o grau de crueldade cada vez maior, entendo necessário que o Estado adote políticas e medidas, talvez radicais, para que tais fatos venham a ser mitigados.

Fora o sentimentalismo que denota pessoalidade, o redator escreveu em primeira pessoa. Tanto a redação em primeira pessoa como o sentimentalismo devem ser evitados. Assim, poderíamos redigir o referido texto do seguinte modo:

A violência é uma mazela que assola a sociedade, de modo que exige atenção estatal. Entre as medidas possíveis, a adoção de políticas públicas de combate à violência pode mitigar os atuais índices de criminalidade.

Objetividade

A objetividade é um forte aliado em nossa discursiva. Novamente devemos lembrar que a extensão do texto é limitada. Além de explicar conteúdos teóricos, devemos nos posicionar quanto à situação fática relatada no enunciado. Dessa forma, "ir direto à essência" é crucial.

Por exemplo, se questionarem acerca da inviolabilidade domiciliar, evite devaneios acerca dos direitos fundamentais. Por mais que saibamos que se trata de um direito fundamental, de primeira dimensão, previsto expressamente na CF, relacionado com o direito à liberdade e vida privada, vá diretamente ao assunto. Conceitue o que se entende por inviolabilidade domiciliar e no parágrafo seguinte desenvolva o conceito de "casa" à luz da jurisprudência. Em seguida reporte-se às exceções e à autoridade que poderá determinar a invasão domiciliar. Combinados?

Vejam, em seguida, uma lista de recomendações para tornar o texto objetivo¹.

- ✚ Use frases curtas e evite intercalações excessivas ou inversões desnecessárias na ordem dos termos sintáticos.
- ✚ Elimine os adjetivos que não contribuam para a clareza do pensamento.
- ✚ Corte os advérbios ou as locuções adverbiais dispensáveis.
- ✚ Seja econômico no emprego de pronomes pessoais, pronomes possessivos e pronomes indefinidos. Evite, por exemplo, "um tal", "um outro", "um certo", "um determinado", pois termos indefinidos juntos não contribuem para maior clareza, ao contrário, tornam o texto obscuro.
- ✚ Procure restringir o uso de conjunções e de pronomes relativos, como "que", "qual", "cujo".
- ✚ Não use expressões irrelevantes, pois tornam o texto artificial. Sempre ao revisar o texto, note que, por vezes, escrevemos palavras que podem ser cortadas do texto sem prejuízo do conteúdo.

¹ PAIVA, Marcelo. **Português Jurídico**. 8ª edição, Brasília: Instituto Educere, 2012, p. 19.

- ↪ Não use figuras de linguagem, frases ambíguas, circunlóquios.
- ↪ Se puder optar, escolha a voz ativa. No lugar de "Foram feitas muitas alterações pelos engenheiros", prefira "Os engenheiros fizeram muitas alterações".
- ↪ Não externe opiniões, reúna fatos.
- ↪ Use palavras específicas, pertinentes ao assunto.

Simplicidade

Aqui se destaca o objetivo do texto: transmitir informação. Se o redator domina a técnica e tem muito conhecimento, deve atentar-se ao destinatário. No caso de provas da OAB, o candidato deve lembrar que, em muitos casos, o corretor não terá formação técnica, mas uma régua com os assuntos a serem abordados. Além disso, espera-se que possa compreender o texto numa única leitura. Não será positivo para a avaliação se o corretor tiver dificuldade em compreender a informação. Dessa forma, devemos primar por um vocabulário simples, equilibrado.

Com isso finalizamos o tópico inicial referente às orientações da discursiva. Na sequência passamos à análise de alguns aspectos técnicos de redação.

REFERÊNCIA A TEXTOS NORMATIVOS: ARTIGOS, PARÁGRAFOS, INCISOS, ALÍNEAS E ITENS

É obrigatória a referência à fundamentação legal ao redigir a questão discursiva ou peça processual?

Sim, é fundamental!

Como se trata de redação técnica é imprescindível a citação dos dispositivos legais, como elemento concreto de fundamentação. Ademais, o examinando terá à disposição a legislação para consulta, devendo utilizá-la para subsidiar a argumentação.

Portanto, não é necessário citar os dispositivos, mas, se você tiver certeza quanto ao número do artigo ou da súmula, por exemplo, faça a remissão.



E como devo citar os dispositivos legais (artigos, parágrafos, incisos, alíneas, itens)?

Referência aos elementos normativos (artigos, parágrafos, incisos, alíneas, itens)

Artigos

O artigo é a unidade básica para apresentação, divisão ou agrupamento de determinado assunto no texto. Ao produzirmos nosso texto, devemos empregar a palavra "artigo" na forma abreviada, "art."

Existe tecnicamente um padrão para citar os primeiros nove artigos e outro a ser utilizado a partir do 10º artigo. Vejamos:

Do **art. 1º** ao **art. 9º** devemos empregar o **ordinal**. Já a partir do **art. 10** usamos a forma **cardinal**.

Caso façamos apenas a referência ao dispositivo, sem menção ao número, devemos escrever por extenso, por exemplo:

Em referência à redação anterior do artigo da lei...

Nesse caso é incorreto mencionar:

Em referência à redação anterior do ~~art.~~ da lei...

Por fim, quando o artigo é subdividido em incisos e parágrafos e quiser nos referir apenas à cabeça do dispositivo, devemos utilizar a expressão latina *caput*. Como em nossa prova não temos o recurso do *itálico*, devemos colocá-lo entre aspas por não se tratar de uma palavra do nosso idioma padrão.

Parágrafos

Os parágrafos constituem subdivisões de assuntos dentro de um mesmo artigo. Devemos nos referir aos parágrafos com o símbolo “§”, que deverá anteceder o número do referido parágrafo. Por exemplo:

O §1º do art. 791 da CLT permite a constituição de advogado a requerimento do advogado em audiência.

Está incorreta a menção:

O ~~§ primeiro~~ do art. 791 da CLT permite a constituição de advogado a requerimento do advogado em audiência.

Não haveria, por outro lado, prejuízo em redigir tudo por extenso (**parágrafo primeiro**), contudo devemos evitar tal construção em razão da extensão.

Quanto ao uso do “parágrafo único” orienta a técnica jurídica que devemos grafá-lo sempre por extenso, evitando a referência: “~~§ único~~”.

Incisos

Os incisos são utilizados para discriminar itens referentes ao *caput* do artigo ou parágrafo e devem ser escritos em números romanos. Sem maiores dificuldades, não é mesmo?

O inciso II do art. 7º da Constituição prevê o seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário.

Não há também qualquer prejuízo na utilização da versão abreviada:

O inc. II do art. 7º da Constituição prevê o seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário.

Alíneas e Itens

Em relação às alíneas, a referência deverá ser feita entre aspas a fim de destacá-la.

Assim:

De acordo com o art. 5ª, LXXVI, “a”, da Constituição, são gratuitos para os reconhecidamente pobres o registro civil de nascimento.

Quanto aos itens, devemos mencioná-los diretamente (o **art. 1, I, “a”, 1, da Lei...**). Essas situações são mais raras, logo, não há necessidade para maiores preocupações.

Pontuação dos elementos normativos

Caso eventualmente venhamos a citar os dispositivos de lei, podemos fazer de duas formas: na ordem direta crescente ou direta decrescente.

Na ordem direta crescente, utilizaremos a preposição “de”, sem a utilização de vírgulas. Vejamos:

O inciso II do art. 7º da Constituição prevê o seguro-desemprego.

Na ordem direta decrescente, dispensa-se o uso da preposição “de”, contudo, coloca-se a vírgula.

O art. 7º, II, da Constituição prevê o seguro-desemprego.

Referência a texto legal

Para fins de prova, acreditamos que a banca não será inflexível em relação à referência aos textos de lei, de forma que não precisamos nos preocupar com tal aspecto.

Assim, observe algumas das formas abaixo. Não há preferência entre elas, todas estão corretas para a redação do texto.

A Lei nº 5.889 de 8 de junho de 1973 estatuiu normas reguladoras do trabalho rural.

A Lei nº 5.889/1973 estatuiu normas reguladoras do trabalho rural.

Podemos, ainda, nos reportar à lei no sentido numérico na primeira referência e, posteriormente, se necessário ao seu nome. Vejamos:

A Lei nº 5.889/1973 estatuiu normas reguladoras do trabalho rural.

(...)

Na Lei do Trabalhador Rural há delimitação do trabalho noturno de forma específica.

SIGLAS

As siglas são empregadas para evitar a repetição de palavras e expressões no texto. Em regra, devemos escrever primeiramente o nome da instituição por extenso e indicar logo em seguida e entre parênteses a sigla. Posteriormente, em eventuais referências, usa-se a sigla.

Por exemplo:

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) exerce a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, bem como promover a integração e o desenvolvimento dos Tribunais Regionais do Trabalho e das Varas do Trabalho.

O CSJT é integrado pelo Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e pelo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, membros natos. Também compõem o Conselho três ministros eleitos pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho e cinco presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho, cada um deles representando uma das cinco Regiões geográficas do País (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte).

No excerto acima, primeiramente explicitou-se o nome da instituição por extenso, seguido da sigla entre parênteses. No segundo parágrafo, utilizou-se apenas da sigla.

Essa regra, contudo, comporta exceções. Nos casos em que a sigla é vulgarizada ou o termo se encontra disseminado, podemos nos referir apenas à sigla. Por exemplo, Petrobras, CF, TST, CLT entre outros.

Vejamos, ainda, duas regras específicas:

(i) Não se usam aspas nem pontos de separação entre as letras que formam a sigla.

Assim:

C.F.

CF

"CF"

CF

(ii) Com sigla empregada no plural, admite-se o uso de "s" de plural, sem apóstrofo.

TRTs

TRT's

Caso você tenha alguma dúvida, sugestão ou crítica nos procure. Deixo, abaixo nosso e-mail para:

estrategiaoab@gmail.com

Conheçam também nossa página do Facebook. Lá reunimos várias informações e materiais que podem ser úteis para a sua caminhada:

[Facebook Estratégia OAB](#)

Por fim, lembrem-se de se inscrever em nosso canal do YouTube para receba nossos vídeos e dicas.

[YouTube Estratégia OAB](#)



O segredo do sucesso está na constância do objetivo